

INST.FED.DO R.G.DO NORTE/CAMPUS APODI

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23136.001443.2025-44

2. Descrição da necessidade

Os serviços de **Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira** justificam-se em face da necessidade de garantir as atividades da Coordenação de Serviços Gerais e Manutenção - COSGEM/AP e da Coordenação de Atividades Estudantis - COAES/AP do **Campus Apodi do IFRN**. O órgão exerce a função de escola de ensino médio, técnico profissionalizante e superior, tendo um papel fundamental na sociedade, necessitando de atividades acessórias para auxiliarem no alcance dos seus objetivos principais.

2.1. Previsão legal

A contratação dos serviços visa suprir a lacuna deixada pela **Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998**, que dispõe sobre a **extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional**, dentre eles os de **Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador/Bombeiro Hidráulico, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira**, tendo por base ainda o disposto no **§1º, do art. 1º do Decreto nº 2.271/1997 e art. 7º, da Instrução Normativa nº 05/2017**, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Além disso, o serviço objeto deste processo está previsto na **Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018**, entre os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta.

A terceirização é necessária uma vez que este órgão não possui em seu quadro de pessoal servidores com tais funções, características e atribuições para realização das tarefas supracitadas, uma vez que tais funções tais cargos foram extintos do serviço público. Ademais, o plano de cargos e salários do IFRN não prevê a contratação por concurso público dos cargos relacionados no objeto da contratação visada por este termo de referência.

O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do **Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018**, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A contratação pretendida está **alinhada à política de reestruturação da máquina administrativa** através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e não em serviços estritamente ligados à atividade meio, tendo suporte no **§ 7º, do Art. 10, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que trata da execução indireta**, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

2.2. Descrição específica da necessidade

Além das necessidades precípuas, descrita anteriormente, também se faz necessário comentar sobre o **cenário em que o Campus Apodi do IFRN se encontra para necessitar do serviço**.

2.2.1. Necessidades da COSGEM

Considerando o atendimento dos objetivos institucionais e operacionais do IFRN Campus Apodi, especialmente no que se refere à preservação, conservação e funcionalidade das instalações físicas, torna-se essencial a contratação de serviços terceirizados de manutenção predial, com alocação dos seguintes postos: dois porteiros, um pedreiro, dois auxiliares de manutenção predial, um bombeiro hidráulico e um eletricista.

A contratação de serviços contínuos, como é o caso presente, visa garantir a manutenção da prestação dos serviços essenciais à administração. A manutenção predial corretiva e preventiva é fundamental para o bom funcionamento das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais do campus, sendo parte integrante da política de gestão e zelo pelo patrimônio público.

A contratação deverá contemplar os serviços de mão de obra e os materiais anuais essenciais para a execução das atividades, como ferramentas e equipamentos anuais e itens mensais de consumo para atividades de manutenção predial.

A demanda ora apresentada pretende oferecer continuidade do serviço público com eficiência e qualidade. Ressalta-se, ainda, que a contratação contempla serviços já previstos em contratos anteriores, reforçando o seu caráter estratégico e essencial para a manutenção da infraestrutura institucional.

Além disso, a empresa que atualmente presta esses serviços não aceitou renovar o contrato por mais 12 (doze) meses, e o fim da vigência está previsto para o dia 06 de janeiro de de 2026. No entanto, um prazo adicional foi concedido pela empresa para que possamos planejar e licitar a nova contratação, tendo até o mês de maio de 2026 para concluí-los.

Diante do exposto, justifica-se plenamente a contratação da equipe técnica e operacional mencionada, de forma a garantir o pleno funcionamento e a preservação do patrimônio público do IFRN Campus Apodi, contribuindo para a continuidade dos serviços educacionais e administrativos com segurança, qualidade e eficiência.

2.2.2. Necessidades da COAES

A contratação dos serviços de auxiliar de cozinha e cozinheira de forma contínua dentro de quadro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, tem por objetivo a produção de refeições para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o serviço de copa e no IFRN Campus Apodi.

Diante dessa ação institucional, a contratação de desses profissionais é necessária, uma vez que possibilitará a continuidade da integral execução do PNAE no nosso campus. Bem como, a manutenção das atividades do refeitório a serem executadas por essas, que desempenharão entre outras atividades: o preparo e distribuição da alimentação escolar, armazenamento dos alimentos, limpeza e organização dos utensílios, entre outras atividades de mesma natureza.

Assim, o Campus Apodi mantém a continuidade da oferta da merenda escolar aos alunos contribuindo para o seu aprendizado e desenvolvimento de hábitos alimentação saudável. Visto que, a paralisação deste serviço pode ocasionar transtornos ao bom andamento das atividades da administração e ociosidade de infraestrutura do refeitório, o serviço solicitado enquadra-se como de natureza continuada.

Considerando o fim da vigência do atual contrato (nº 190/2021-PROAD/IFRN) acontecendo em 06 de janeiro de 2026, e aceite de prorrogação por período máximo de 4 meses, torna-se imprescindível a contratação dos referidos serviços para que se possa dar um suporte as condições necessárias à realização das atividades propostas.

2.2.3. Conclusão

Portanto, sugere-se a realização da licitação pelo Pregão Eletrônico.

Considerando-se a necessidade atual, será exigido um efetivo para desempenho das tarefas, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, necessários para execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos definidos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra (Art. 3º, da Instrução Normativa nº 05/2017).

Com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, haverá o agrupamento de atividades, sendo utilizado como critério de julgamento da licitação o Menor Preço , sob o regime de empreitada por preço global.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COSGEM	Tereza Catrina Ferreira Fernandes Camara
COAES	Janekeyla Gomes de Sousa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que o presente serviço seja contratado e prestado de forma correta, existem requisitos mínimos para sua satisfação, como será mostrado a seguir.

4.1. Requisitos mínimos

O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Artigos n. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada

exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser **prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal**, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (Art. 107, da Lei n. 14.133/2021).

Será exigida a prestação de **garantia pela Contratada**, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis a partir da data da celebração do contrato.

A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato **uniformes** condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos demais itens deste documento.

A contratada ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os **acréscimos ou supressões contratuais** que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o Art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

O serviço contratado deverá possibilitar o **aferimento do nível de serviço prestado**, para que os usuários possam se manifestar sobre a sua percepção de qualidade, adotando, por exemplo, pesquisa de satisfação.

O licitante deverá comprovar, por meio de **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato(s) de serviços continuados de fornecimento de mão de obra em quantidades compatíveis com o pleiteado neste certame. Poderá ser aceito o somatório dos atestados, a fim de comprovar a quantidade mínima de postos exigida, desde que referentes a contratos executados concomitantemente. Nos termos do Acórdão 1.214/2013, **somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução**, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. **A apresentação da certidão ou atestado, deverão demonstrar que o licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, em um prazo mínimo de 3 (três) anos** (§ 5º, Art. 67, da Lei nº 14.133/2021).

A exigência de experiência mínima justifica-se pela necessidade de assegurar que a contratada detenha capacidade operacional consolidada, estrutura administrativa adequada e experiência comprovada na execução de contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com o **art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021**, e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens e **serviços comuns**, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos dos incisos XIII e XLI, do Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Requisitos de sustentabilidade

Quanto aos **critérios de sustentabilidade ambiental**, a Instrução Normativa nº 05/2017 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), no seu Art. 1º, aduz que os órgãos da Administração Pública, quando da contratação de serviços, os editais deverão prever que as empresas contratadas adotarão práticas de sustentabilidade na execução dos serviços. Em complemento, o inciso IV, do Art. 11, da Lei nº 14.133/2021 diz que incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório.

Assim sendo, o **prestador de serviço**, por meio de seus empregados, **deve observar as boas práticas de otimização dos recursos, a redução de desperdícios e dos índices de poluição**, pautando-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser obedecidas pela contratada, tais como:

- a) Dar preferência ao uso de materiais classificados como sustentáveis, ou de origem de matéria prima sustentável;
- b) Fazer uso racional de água, conforme estabelece o Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, bem como, de energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- c) Atuar, o supervisor, os encarregados e os líderes de turma, como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;
- d) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- e) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- f) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
- g) Recolher todos os resíduos sólidos e líquidos gerados na execução do serviço e dispensá-los em local adequado;
- h) A empresa deverá apresentar declaração de sustentabilidade em que se comprometa a cumprir todos os dispositivos do item anterior deste estudo preliminar. Esse documento fará parte dos documentos de habilitação;

k) Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

l) Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens;

m) Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

I - lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

II - queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados; e

III - lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

n) A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata; e

o) Na execução dos serviços pelos seus empregados, a empresa deverá prover os seus trabalhadores de equipamentos necessários para a execução correta dos serviços em conformidade com as normas de segurança no trabalho, o que inclui a disposição dos **Equipamentos de Proteção Individuais (EPI)** para cada empregado, bem como, os **Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC)**, sendo imprescindível a sua reposição no tempo hábil pelo seu desgaste natural. A periodicidade de fornecimento dos EPIs será descrita na Planilha de Insumos.

Em complemento, a **Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, em seu Art. 6º**, coloca que as empresas contratadas adotarão as seguintes **práticas de sustentabilidade na execução dos serviços**, quando couber:

I – uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V – realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Além dos regulamentos expostos anteriormente, também foram observadas, e adaptadas para o contexto do objeto desta contratação, os quesitos previstos no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU, - 7ª Edição, de outubro de 2024**.

Ademais, **foram adotados os modelos do Termo de Referência e do Edital** para a contratação de serviços, disponibilizados pela **Advocacia-Geral da União - AGU** em seu site.

4.3. Local de prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nas **dependências do IFRN Campus Apodi**, conforme endereço a seguir:

Local da prestação dos serviços		
Unidade	Endereço	Telefone
IFRN Campus Apodi	Rodovia RN 233, KM 02, nº. 1000, Bairro Chapada do Apodi, Apodi-RN, CEP: 59.700-000	(84) 4005-4101

5. Levantamento de Mercado

A partir de um levantamento no mercado, chegou-se as seguintes **soluções possíveis** para o objeto pretendido nesta contratação:

5.1. Opção de Solução 01

Aquisição dos serviços de Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Bombeiro Hidráulico, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira, sem dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo materiais, fardamento e EPI’s.

Essa opção é descartável, pois existe e necessidade permanente desse tipo de serviço pela COSGEM e COAES do IFRN Campus Apodi, ou seja, a demanda é contínua. Dessa forma, essa solução **NÃO SE MOSTRA VIÁVEL**, pois ela não atende aos requisitos de disponibilização imediata dos profissionais envolvidos, o que poderá prejudicar o funcionamento do órgão.

5.2. Opção de Solução 02

Aquisição dos serviços de Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Bombeiro Hidráulico, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira, com dedicação exclusiva de mão de obra, sem envolver materiais, fardamento e EPI’s..

Como é possível imaginar, essa solução não é eficiente, pois gera um trabalho extra para a compra dos insumos dos serviços, sendo necessário fazer uma outra licitação complementar para executar os serviços. Pretende-se contratar um serviço em que os insumos (materiais, equipamentos, fardamentos e EPI) estejam inseridos dentro da planilha de custos do profissional. Os valores dos insumos seriam cotados por meio de pesquisa de preço no sistema Pesquisa de Preço do ComprasNet, obtendo-se valores condizentes com os de outros procedimentos licitatórios realizados e com àquele praticado no mercado. Dessa forma, essa solução **NÃO SE MOSTRA VIÁVEL**, pois ela não é eficiente, uma vez que gera trabalho extra para poder executar o serviço.

5.3. Opção de Solução 03

Aquisição dos serviços de Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Bombeiro Hidráulico, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo materiais, equipamentos, fardamentos e EPI’s.

Esse modelo apresente, entre outras vantagens, a questão do atendimento imediato das necessidades, uma vez que o serviço envolve a disponibilidade de mão de obra com dedicação exclusiva, acompanhada de todos os insumos necessários. É um dos modelos mais utilizado pelo mercado, sendo adotado por diversas instituições e órgãos públicos, como o nosso há mais de 10 (dez) anos.

Os insumos disponibilizados juntos com o serviço - materiais, equipamentos, fardamentos e EPI’s. - têm os seus valores cotados por meio de pesquisa de preço no sistema Pesquisa de Preço do ComprasNet, obtendo-se valores condizentes com os de outros procedimentos licitatórios realizados e com àqueles praticado no mercado.

Além disso, esse modelo já é conhecido pelo nosso órgão, sendo usado atualmente no contrato de mesmo objeto, e tem gerado efeitos esperados e atendido a necessidade.

Dessa forma, essa opção **MOSTRA-SE VIÁVEL** uma vez que as experiências anteriores evidenciam que ele oferece flexibilidade, agilidade e rapidez no atendimento das necessidades dos serviços para o IFRN Campus Apodi.

6. Descrição da solução como um todo

Após a conclusão do estudo comparativo entre as soluções, a partir do levantamento do mercado, optando-se pela **Opção 3 - Aquisição dos serviços de Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador/Bombeiro Hidráulico, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo materiais, equipamentos, fardamentos e EPI’s**. A seguir, relata-se sobre as características identificadas para a solução escolhida.

A contratação em questão trata-se de **serviço comum, de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante **licitação, na modalidade Pregão Eletrônico**.

6.1. Certame licitatório

Para atendimento da demanda em questão, a solução proposta é a realização de processo licitatório amplo na modalidade **PREGÃO**, que é uma modalidade de licitação obrigatória para **aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto (**XLI, Art. 6º, da Lei n. 14.133/2021**). O pregão possibilitará a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

Considerando-se a previsão legal disposta no art. 3º, da Instrução Normativa nº 05/2017, e com a finalidade de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos, e buscando minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços, será utilizado o **critério de julgamento do tipo Menor Preço**.

O Contrato decorrente da licitação terá **prazo de duração inicial de 5 (cinco) anos, com base no Art. 106 da Lei n. 14.133/2021**:

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes: I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados desde que haja previsão sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal (10 anos), em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes (**ART. 107, da Lei n. 14.133/2021**).

A presente contratação adotará o **Regime de Execução de Preço Global**, pois é aquele em que há uma estimativa precisa dos itens e respectivos quantitativos que compõem o objeto a ser licitado, o qual normalmente é atrelada às obras e serviços de menor complexidade, como é o caso do objeto deste certame.

6.2. Caracterização da mão de obra envolvida

A prestação do serviço **não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os **empregados da CONTRATADA serão recrutados** em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designado para a execução dos serviços.

Em conformidade com **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**, do Ministério do Trabalho e Emprego, a tabela a seguir apresenta a relação dos profissionais envolvidos na contratação, acompanhada das suas respectivas atividades.

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações	
Categoria e CBO	Descrição das atividades
Porteiro (CBO: 5174-10)	Recebem e orientam visitantes e hóspedes. Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.
Pedreiro (CBO: 7152-10)	Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contrapisos. Entaipador, Entijolador, Estucador, Pedreiro de acabamento, Pedreiro de concreto, Pedreiro de fachada, Pedreiro de manutenção e conservação, Pedreiro de reforma geral.
Auxiliar de manutenção predial (CBO: 5143-10)	Auxiliar de manutenção de edificações, Auxiliar de manutenção elétrica e hidráulica. Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Realizam tratamento e limpeza pesada em estruturas e equipamentos industriais, conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Eletricista de instalações (edifícios) (CBO: 7156-10)	Eletricista de instalações comerciais e residenciais, Eletricista de instalações de prédios, Instalador reparador de equipamento de força. Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.
Encanador (CBO: 7241-10)	Auxiliar de encanador, <u>Bombeiro hidráulico</u> , Instalador hidráulico. Operacionalizam projetos de instalações de tubulações, definem traçados e dimensionam tubulações; especificam, quantificam e inspecionam materiais; preparam locais para instalações, realizam pré-montagem e instalam tubulações. Realizam testes operacionais de pressão de fluidos e testes de estanqueidade. Protegem instalações e fazem manutenções em equipamentos e acessórios.
Auxiliar nos serviços de alimentação (CBO: 5135-05)	Ajudante de churrasqueiro, Ajudante de confeitiro, Ajudante de cozinha, Ajudante de padeiro, Ajudante de pizzaiolo, Ajudante de sushiman, Auxiliar de churrasqueiro, Auxiliar de confeitiro, <u>Auxiliar de cozinha</u> , Auxiliar de padeiro, Auxiliar de pizzaiolo, Auxiliar de sushiman, Forneiro(pizzaria), Lavador de pratos, Saladeiro, Salgadeiro. Trabalham na área de pré-preparo, preparo de alimentos e na montagem de pratos. Manipulam alimentos infantis e nutrição enteral (fórmulas infantis, leite humano, dietas enterais e outros). Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Preparam local, organizam o trabalho e cumprem normas, procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene e saúde.
Cozinheiro geral (CBO: 5132-05)	Cozinheiro de restaurante, Merendeiro. Organizam e supervisionam serviços de cozinha em hotéis, restaurantes, hospitais, residências e outros locais de refeições, planejando cardápios e elaborando o pré-preparo, o preparo e a finalização de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.

Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

A **Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)** utilizada pela Administração como parâmetro para embasar o salário e os demais benefícios das categorias envolvidas na elaboração das planilhas de custos e formação de preços estão indicadas na tabela a seguir.

Convenções Coletivas de Trabalho - CCT

Número de registro da CCT no MTE e Categoria (s)	Sindicatos envolvidos	Vigência	Data-base
RN000009/2025 Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador, Auxiliar de Cozinha e Cozinheira	SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA URBANA PUBLICA E PRIVADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - SEAC/RN, CNPJ n. 40.756.462/0001-58. e SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ASSEIO, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA URBANA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-SINDLIMP, CNPJ n. 24.192.916/0001-59.	1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025	1º de janeiro

Fonte: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/ConsultarInstColetivo>

6.3. Caracterização dos serviços

Os serviços a serem desempenhados pelo **Porteiro** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Controlar a entrada e saída de pessoas, veículos e bens, mediante identificação e autorização;
- Atender e orientar o público quanto à localização de setores, horários e normas de acesso;
- Comunicar à vigilância ou administração qualquer situação suspeita;
- Auxiliar no controle de correspondências e entregas externas; e

- Zelar pelo bom uso e conservação da portaria e recepção.

Os serviços a serem desempenhados pelo **Pedreiro**, estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Realizar manutenção corretiva e preventiva em estruturas de alvenaria, pisos, revestimentos e calçadas;
- Executar pequenos serviços de construção, reformas e adaptações em salas, laboratórios e áreas externas;
- Preparar e aplicar argamassas, concretos, blocos e outros materiais de construção;
- Reparar danos estruturais provocados por infiltrações, desgaste ou uso; e
- Atuar conforme normas de segurança do trabalho e meio ambiente.

Os serviços a serem desempenhados pelo **Auxiliar de Manutenção** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Apoiar os serviços de manutenção hidráulica, elétrica e civil;
- Executar pequenos reparos em móveis, portas, janelas, fechaduras e pintura;
- Realizar a troca de lâmpadas, limpeza de calhas e caixas de passagem;
- Auxiliar nas rotinas de vistoria preventiva das instalações do campus;
- Manter organizadas as ferramentas e materiais utilizados nos serviços; e
- Realizar serviços de conservação e manutenção da piscina do campus.

Os serviços a serem desempenhados pelo **Eletricista** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Realizar manutenção preventiva e corretiva em instalações elétricas de baixa tensão;
- Verificar, reparar ou substituir disjuntores, tomadas, interruptores, luminárias e fiação;
- Inspeccionar e manter o funcionamento de quadros de distribuição elétrica;
- Atuar em conformidade com as normas da NR-10; e
- Acompanhar serviços de terceiros em sistemas elétricos, quando necessário.

Os serviços a serem desempenhados pelo **Encanador/Bombeiro Hidráulico** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Executar manutenção em sistemas de abastecimento e escoamento de água;
- Consertar vazamentos, desobstruir tubulações e substituir registros ou conexões;
- Fazer reparos em lavatórios, vasos sanitários, torneiras e caixas de descarga;
- Apoiar a limpeza de caixas d'água, quando contratada externamente; e
- Orientar sobre uso correto e sustentável da água nas dependências do campus.

Os serviços a serem desempenhados pelo **Auxiliar de Cozinha** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Higienizar alimentos, utensílios e equipamentos da cozinha;
- Apoiar o preparo de refeições, conforme orientação da cozinheira responsável;
- Organizar a distribuição de alimentos para os alunos e servidores;
- Limpar o ambiente de trabalho ao final de cada expediente; e

- Seguir normas de segurança alimentar e boas práticas de higiene.

Os serviços a serem desempenhados pelos **Cozinheira** estão compreendidos, entre outras atribuições, como:

- Preparar refeições conforme cardápio estabelecido pela equipe de nutrição;
- Coordenar os auxiliares de cozinha nas tarefas de apoio;
- Controlar o uso de mantimentos e ingredientes, observando validade e conservação;
- Assegurar condições adequadas de higiene e segurança no ambiente de trabalho; e
- Orientar sobre porcionamento, aproveitamento de alimentos e redução de desperdício.

Insumos atrelados ao serviço

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os **materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios** necessários nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

A **relação dos insumos** (materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e uniformes) e a **pesquisa de preços** de cada item constam nos seguintes arquivos, anexos ao processo:

- **Anexo V - Planilha de Custos Estimativa com insumos**
- **Anexo V.d.1 - Pesquisa de Preços, Prints e Mapa Comparativo - Uniformes e EPIs**
- **Anexo V.d.2 - Pesquisa de Preços, Prints e Mapa Comparativo - Materiais COAES**
- **Anexo V.d.3 - Pesquisa de Preços, Prints e Mapa Comparativo - Mat. E Equip. COSGEM**
- **Anexo V.d.3 - Prints part. 2 - Mat. E Equip. COSGEM**

Os **uniformes** a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

As **peças devem ser confeccionadas** com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.;
- A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 5 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 5 (cinco) dias subsequente ao da reprovação;
- A CONTRATADA ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes (os uniformes e seus complementos devem ser novos e com numeração adequada a cada funcionário).

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

Os **uniformes deverão ser entregues mediante recibo**, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Mecanismos para redução de riscos

Durante o contrato será adotado o instrumento de **CONTA DEPÓSITO-VINCULADA BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**, como mecanismo de diminuição de riscos da execução do contrato, conforme inciso I do parágrafo 1º do Art. 18 da IN nº 05/2017. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo CONTRATANTE em **conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação**, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Justifica-se a escolha pelo uso da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação pois ela é um controle interno previsto legislação e que vem sendo adotado pelo IFRN Campus Apodi há mais de 5 anos em outros contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. Assim, há familiaridade dos gestores com esse instrumento e um histórico de boa prática com o seu uso. Além disso, o **ANEXO VII-B, da IN 05/2017**, diz que a

Conta-Depósito Vinculada é uma das opções que a Administração Pública poderá usar para o controle interno das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada, sendo o seu uso autorizado pela **IN SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022**, para aqueles processos instruídos a partir da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

É de responsabilidade da CONTRATADA o registro e o **controle do ponto dos seus funcionários**, devendo apresentar à CONTRATANTE, juntamente com o faturamento mensal, a folha de ponto assinada ou impressão dos comprovantes caso opte por usar dispositivo eletrônico.

Caso a contratada faça opção por usar o registro do ponto em equipamento eletrônico biométrico, esta deverá observar o seguinte:

- Em caso de viagens ou deslocamentos que impeçam o registro do ponto no equipamento eletrônico biométrico, o registro das horas trabalhadas se dará mediante folha de ponto manual;
- As horas não registradas no ponto eletrônico, devido às situações descritas no item acima, serão justificadas e comprovadas mediante apresentação da folha de ponto manual, porém o sistema eletrônico de ponto deverá permitir tais ajustes para fins de automatização do controle das horas trabalhadas; e
- Em caso de eventuais problemas no equipamento de ponto eletrônico, as manutenções serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Preposto e comunicação

O Contratado deverá manter **preposto** da empresa no local da execução do objeto com **frequência de três visitas semanais, preferencialmente nas segundas, quartas e sextas, com duração de pelo menos 6 (seis) horas por dia**, para dirimir dúvidas dos seus empregados e também do órgão contratante, em tempo hábil, realizar o repasse das atividades programadas para a semana, acompanhar os serviços prestados pelos colaboradores, assim como o cumprimento da obrigatoriedade de uso dos EPI's fornecidos pela contratada, havendo um **canal de comunicação imediato (telefone ou e-mail)** para o caso de sanar dúvidas urgentes e imprescindíveis, quando da ausência do Preposto.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

As **comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades desta contratação foram definidas e fundamentadas com base em experiências exitosas do(s) contrato(s) atuais (anexos ao ETP):

- Contrato nº 001/2022 - PROAD/IFRN; e
- Contrato nº 190/2021 - PROAD/IFRN.

Em resumo, são estas as quantidades de serviços a serem contratadas:

- 2 (dois) postos de Porteiros, com insumos;
- 1 (um) posto de Pedreiro, com insumos;
- 2 (dois) postos de Auxiliar de Manutenção Predial, com insumos;
- 1 (um) posto de Eletricista de Instalações (edifícios), com insumos;
- 1 (um) posto de Encanador (bombeiro hidráulico), com insumos;
- 2 (dois) postos de Auxiliares nos serviços de alimentação (auxiliar de cozinha), com insumos; e
- 2 (dois) postos de Cozinheiros geral, com insumos.

A tabela a seguir traz as quantidades a serem licitadas de cada item:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Und.	Quant. Mês	Quant. Ano	Quant. Anos
	1	Posto de serviço de Porteiro (CBO: 5174-10), com insumos.	8729	Und.	2	24	120
	2	Posto de serviço de Pedreiro (CBO: 7152-10), com insumos.	22160	Und.	1	12	60
	3	Posto de serviço de Auxiliar de manutenção predial (CBO: 5143-10), com insumos.	25631	Und.	2	24	120

1	4	Posto de serviço de Eletricista de instalações (edifícios) (CBO: 7156-10), com insumos.	14354	Und.	1	12	60
	5	Posto de serviço de Encanador (CBO: 7241-10), com insumos.	22152	Und.	1	12	60
	6	Posto de serviço de Auxiliar nos serviços de alimentação CBO: 5135-05), com insumos.	30180	Und.	2	24	120
	7	Posto de serviço de Cozinheiro geral (CBO: 5132-05), com insumos.	19399	Und.	2	24	120

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.003.758,75

O valor estimado desta contratação é de **R\$ 4.003.758,75** (quatro milhões, três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme detalhado na tabela a seguir:

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Und.	Qt. Mês	Qt. Ano	Qt. 5 Anos	Valores Unitários	Valores Mensais	Valores Anuais	Valores p/ 5 Anos
1	1	Posto de serviço de Porteiro (CBO: 5174-10), com insumos.	8729	Und.	2	24	120	R\$ 4.392,79	R\$ 8.785,58	R\$ 105.426,99	R\$ 527.134,96
	2	Posto de serviço de Pedreiro (CBO: 7152-10), com insumos.	22160	Und.	1	12	60	R\$ 6.379,58	R\$ 6.379,58	R\$ 76.554,95	R\$ 382.774,74
	3	Posto de serviço de Auxiliar de manutenção predial (CBO: 5143-10), com insumos.	25631	Und.	2	24	120	R\$ 7.691,60	R\$ 15.383,21	R\$ 184.598,47	R\$ 922.992,34
	4	Posto de serviço de Eletricista de instalações (edifícios) (CBO: 7156-10), com insumos.	14354	Und.	1	12	60	R\$ 7.538,46	R\$ 7.538,46	R\$ 90.461,58	R\$ 452.307,88
	5	Posto de serviço de Encanador (CBO: 7241-10), com insumos.	22152	Und.	1	12	60	R\$ 6.427,91	R\$ 6.427,91	R\$ 77.134,93	R\$ 385.674,64

6	Posto de serviço de Auxiliar nos serviços de alimentação (CBO: 5135-05), com insumos.	30180	Und.	2	24	120	R\$ 5.226,97	R\$ 10.453,94	R\$ 125.447,29	R\$ 627.236,45
7	Posto de serviço de Cozinheiro geral (CBO: 5132-05), com insumos.	19399	Und.	2	24	120	R\$ 5.880,31	R\$ 11.760,63	R\$ 141.127,55	R\$ 705.637,73
VALORES MENSAL, ANUAL E 5 ANOS - TODA A CONTRATAÇÃO:								R\$ 66.729,31	R\$ 800.751,75	R\$ 4.003.758,75

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O Art. 40, da Lei n. 14.133/2021, diz que: O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

[...]

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Já o Art. 47, da Lei n. 14.133/2021, comenta que as licitações de serviços atenderão aos princípios:

[...]

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

A presente contratação contempla 7 itens, todos referentes à prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo funções diversas, mas de natureza operacional e de apoio administrativo semelhantes. A opção por reunir tais itens em um único grupo decorre da necessidade de assegurar maior racionalidade, eficiência e economicidade, visto que a gestão contratual se torna mais simples, centralizada e menos onerosa para a Administração, reduzindo custos indiretos de fiscalização e acompanhamento.

Justifica-se também a organização do certame desta forma devido ao custo para a Administração de gerir vários contratos para objetos similares, cujos itens têm características de continuidade e complementariedade simultânea. Separar todos os itens de forma isolada, poderia ensejar em diversas empresas vencedoras, o que resultaria na geração de diversos contratos para serem geridos, com valores baixos, comprometendo a vantajosidade do certame e ocasionando desvantagem econômica para os licitantes e o órgão.

A contratação em lote único permite ainda garantir uniformidade no tratamento dos trabalhadores, padronização dos procedimentos de gestão de pessoal terceirizado e maior segurança no cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, uma vez que um único contratado ficará responsável pela alocação de todos os postos de trabalho. No entanto, essa organização não impede que, caso a Administração ache conveniente, no momento da celebração dos contratos separar os serviços de acordo com os setores requisitantes, organize os serviços em 2 (dois) contratos.

Assim, em alusão a Súmula TCU nº 247 e ao inciso II, § 1º, Art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se, neste momento, a opção pela não divisão em múltiplos contratos, em atenção ao princípio da eficiência, sem prejuízo de que em processos subsequentes se reestude o fracionamento da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O serviço a ser contratado por este certame não necessita da realização de outras contratações correlatas e/ou interdependentes para que os seus objetivos sejam atingidos.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está aliada com o **Planejamento Estratégico do Campus Apodi**, especificamente com a Perspectiva - Orçamento (OR); Objetivo - Garantir a Eficiência do Gasto Público (OR-2); Projeto Estratégico - Otimização dos Gastos com Contratos Continuados (MA); estando, dessa forma, alinhando ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do órgão.

A contratação também encontra previsão no **Plano Anual de Contratações (PCA) de 2025**, tendo em vista a necessidade contínua da prestação do serviço, conforme previsto no PCA do Campus Apodi do IFRN, detalhado no quadro a seguir.

Previsão no PCA 2025	
IFRN CAMPUS APODI	
I) ID PCA no PNCP:	10877412000168-0-000006/2025
II) Data de publicação no PNCP:	19/04/2024
III) Id do item no PCA:	66 e 76
IV) Classe/Grupo:	859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE
V) Identificador da Futura Contratação:	158371-22/2025 e 158371-26/2025

A contratação também está alinhada ao **Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS)** do IFRN (Disponível no link a seguir), especialmente com os objetivos do EIXO 3: identificação dos objetos de menor impacto ambiental. Também foram observadas as diretrizes do **Guia Nacional de Contratações Sustentável - AGU**.

Link para o PLS do IFRN	
Link PLS do IFRN:	https://suap.ifrn.edu.br/documento_eletronico/visualizar_documento_digitalizado/1789451/

Por fim, ressalta-se que **não haverá acréscimo de despesas**, pois o futuro contrato, fruto deste certame, substituirá o contrato atual de mesmo objeto, cuja despesa terá valor aproximados ao que é gasto hoje.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a futura contratação, **espera-se manter o funcionamento das atividades acessórias dos setores COSGEM e COAES do IFRN Campus Apodi, apoiando o ensino, a pesquisa e a extensão**. Em termos econômicos, o tipo de serviço objeto desta contratação é vantajoso e economicamente viável, pois hoje já dispomos de contratos similares, sendo que ocorrerá, na prática, apenas a substituição do contrato atual pelo novo.

A contratação dos serviços de dedicação exclusiva de mão de obra para as funções de **porteiro, pedreiro, auxiliar de manutenção, eletricista, encanador, auxiliar de cozinha e cozinheira** tem como objetivo garantir o apoio contínuo, eficiente e especializado às atividades acadêmicas, administrativas e de infraestrutura do IFRN – Campus Apodi.

Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- **Aprimoramento do funcionamento institucional:** Suporte técnico e operacional às atividades essenciais da escola, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.
- **Melhoria na manutenção e conservação do patrimônio público:** Atuação preventiva e corretiva nas instalações físicas e nos sistemas elétricos e hidráulicos, preservando a estrutura predial e evitando danos maiores.
- **Segurança institucional e controle de acesso eficiente:** Com a presença de porteiros qualificados, haverá melhor controle de entrada e saída de pessoas e veículos, contribuindo com a segurança da comunidade escolar.
- **Funcionamento regular dos serviços de alimentação escolar:** Garante o preparo, higiene e distribuição adequada das refeições oferecidas aos estudantes, com atenção às normas sanitárias, nutricionais e de segurança alimentar.
- **Atendimento ágil às demandas emergenciais e rotineiras:** Com equipe técnica presente no campus, as respostas a problemas como vazamentos, curtos-circuitos, panes e pequenos reparos serão mais rápidas e eficazes.
- **Redução de custos com manutenção corretiva de maior porte:** A manutenção preventiva e a atuação tempestiva dos profissionais contribuem para evitar danos maiores e minimizar a necessidade de contratações emergenciais.
- **Foco da equipe interna em atividades finalísticas da instituição:** A contratação libera servidores efetivos para atuação em áreas pedagógicas, administrativas e de gestão, reduzindo sobrecarga e ampliando a eficiência institucional.
- **Conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, continuidade e economicidade da Administração Pública:** O modelo de contratação proposto assegura previsibilidade orçamentária e aderência às normas vigentes, especialmente quanto à correta execução contratual e fiscalização.

Por fim, em termo de benefícios indiretos, pode-se citar o fortalecimento institucional no cumprimento de sua Missão.

13. Providências a serem Adotadas

Em conformidade com a **IN nº 05/2017/SEGES/MP**, especialmente o **art. 20, §1º, inciso IV**, e com os princípios de planejamento da **Lei nº 14.133/2021 (arts. 11 a 22)**, a etapa que trata das providências a serem adotadas tem por objetivo **garantir que todos os atos preparatórios e administrativos sejam devidamente realizados, mitigando riscos e assegurando a legalidade e eficiência da contratação.**

Abaixo, **seguem as principais providências a serem adotadas** para a contratação dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra (porteiro, pedreiro, auxiliar de manutenção, eletricista, encanador, auxiliar de cozinha e cozinheira), considerando a realidade do IFRN – Campus Apodi:

1. Designação formal da Equipe de Planejamento da Contratação:

- Nos termos do art. 20 da IN nº 05/2017 e art. 8º da Lei nº 14.133/2021.
- A equipe será responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Termo de Referência e análise de mercado.

2. Levantamento das necessidades e quantitativos

- Diagnóstico das demandas do campus, considerando a jornada de trabalho, turnos e distribuição das atividades.
- Considerar férias, folgas legais e a eventual necessidade de substituições.

3. Análise da viabilidade da contratação

- Verificação de disponibilidade orçamentária e compatibilidade com o Plano Anual de Contratações (PAC).
- Justificativa para a terceirização, com base nos arts. 9º e 11 da Lei 14.133/2021, e atendimento à vedação do vínculo direto.

4. Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

- Com detalhamento das necessidades, alternativas, impactos, custos, resultados esperados e mapa de riscos.
- Inclusão de justificativa para a exigência de dedicação exclusiva de mão de obra.

5. Construção do Termo de Referência (TR)

- Com especificações dos serviços, jornadas, atribuições, condições de execução, critérios de medição e pagamento, e obrigações da contratada e da contratante.

6. Realização de Pesquisa de Preços

- De acordo com a IN nº 65/2021 e a Portaria SEGES nº 11.147/2018 (atualizada), utilizando ao menos três fontes válidas e considerando encargos sociais e benefícios previstos na CCT.

7. Análise de Riscos da Contratação

- Elaboração e anexação do Mapa de Riscos, com identificação de causas, impactos, ações preventivas e de contingência para as fases de planejamento, seleção e gestão.

8. Definição de critérios de seleção e julgamento

- Indicação da modalidade de licitação (preferencialmente pregão eletrônico) e do critério de julgamento (menor preço global por lote ou por posto de serviço).

9. Inclusão de cláusulas de sustentabilidade e de fiscalização

- Previsão de mecanismos para acompanhamento da execução contratual e garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

10. Elaboração da minuta do edital e do contrato administrativo

- Com cláusulas conforme o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, incluindo matriz de riscos, sanções, formas de reajuste e fiscalização..

11. Submissão do processo à análise jurídica e autorização da autoridade competente

- Conforme exigido pelo art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Essas providências devem ser seguidas cronologicamente e registradas nos autos do processo de contratação pública, garantindo a rastreabilidade, a motivação dos atos administrativos e a conformidade legal.

Não há qualquer necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviço, tendo em vista que atualmente são executados de forma exitosa. Ocorrerá apenas a substituição do contrato atual pelo futuro contrato objeto deste certame.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A empresa CONTRATADA deverá zelar pela sustentabilidade fazendo aquisição e uso consciente dos materiais necessários à prestação dos serviços e atender as orientações descritas no **GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da AGU** para as aquisições e uso dos insumos. Entre as práticas a serem adotadas, pode-se citar:

Aparelhos elétricos em geral:

- Níveis de eficiência energética;
- Fabricante de aparelhos elétricos também deve estar registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; e
- O eletrodoméstico possui a obrigatoriedade de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) vigente no período da aquisição.

Resíduos sólidos em geral ou rejeitos:

- Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente;
- São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público.

A empresa CONTRATADA deverá capacitar periodicamente seus funcionários, conforme a área de atuação, a fim de evitar possíveis contaminações e acidentes com o uso/manuseio de produtos que possam causar danos a saúde e/ou ao meio ambiente (fauna e flora).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após análise da demanda apresentada e das informações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, a Comissão de Planejamento da Contratação conclui que a **contratação dos serviços de Porteiro, Pedreiro, Auxiliar de Manutenção, Eletricista, Encanador, Auxiliar de Cozinha e Cozinha** mostra-se adequada, oportuna e necessária para o atendimento do interesse público.

A medida demonstra-se **viável técnica e operacionalmente**, uma vez que permitirá a continuidade e a eficiência das atividades desempenhadas pelas **Coordenações de Serviços Gerais e Manutenção (COSGEM/AP)** e de **Atividades Estudantis (COAES/AP)**, setores essenciais para o funcionamento das rotinas institucionais, de manutenção predial e de apoio à alimentação e assistência estudantil.

Sob o ponto de vista **econômico e administrativo**, a contratação também se mostra justificada, pois atende aos princípios da eficiência e da economicidade, garantindo que as atividades sejam executadas por profissionais com a qualificação técnica adequada, sem sobrecarga ou desvio de função dos servidores efetivos.

Diante do exposto, considera-se **plenamente viável e adequada a contratação dos serviços em questão**, por se tratar de providência indispensável para a **manutenção das condições operacionais e funcionais do Campus Apodi do IFRN**, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais e o atendimento das necessidades da comunidade acadêmica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE AMAURI COSTA FERNANDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 11/11/2025 às 10:56:20.

MILKIA JANNE CAMARA MARINHO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 15:04:29.

ALINE KELLY DE MENEZES

Membro da comissão de contratação

TEREZA CATRINA FERREIRA FERNANDES CAMARA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 09:43:27.

JANEKEYLA GOMES DE SOUSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 08:38:43.

RILZA SOUZA DE GOIS COSTA

Membro da comissão de contratação

ENIO GABRIEL SANTOS BATISTA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Pelos poderes delegados ao Diretor Geral do Campus Apodi do IFRN, através da PORTARIA Nº 2.304/2024 - RE/IFRN, de 23 de dezembro de 2024, APROVO este Estudo Técnico Preliminar.

CLEONE SILVA DE LIMA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 13/11/2025 às 20:41:35.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo ETP - Contrato n. 001.2022 - PROAD-IFRN.pdf (298.03 KB)
- Anexo II - Anexo ETP - Contrato n. 190.2021 - PROAD-IFRN.pdf (170.2 KB)



Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RN 233, Km 02, Sítio Lagoa do Clementino, S/N - Apodi/RN - CEP 59.700.000, Zona Rural, APODI / RN, CEP 59700-000

Fone: (84) 4005-4101

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 04/2021 - PROAD/IFRN
Contrato nº 01/2022 - PROAD/IFRN
Data: 04/01/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2022-PROAD/IFRN, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN E A PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN, CAMPUS APODI, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na RN 233, KM 02, nº 999, Lagoa do Clementino, Apodi, CEP: 59700-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0005-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **FRANCISCO DAMIÃO FREIRE RODRIGUES**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 026.168.834-06, e a **PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.069.415/0001-40, sediada na Rua Manoel Leonardo Gomes, nº 719, Jardim Paulistano, Campina Grande/PB, CEP: 58415-320, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **EDGAR MARTIZ RAPOSO FILHO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.845.684-13, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23136.000875.2021-12](#) e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 - UASG 158365**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção de bens móveis e imóveis, adotado o regime de execução mediante empreitada por preço unitário, com dedicação exclusiva de mão de obra, além de materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CATEGORIA	QTD POSTOS	VALOR POR POSTO	UNID	VLR TOTAL MENSAL	VLR TOTAL ANUAL
1	PORTEIRO (5174-10)	2	R\$ 2.740,59	MÊS	R\$ 5.481,18	R\$ 65.774,17
2	PEDREIRO (7152-10)	1	R\$ 4.181,66	MÊS	R\$ 4.181,66	R\$ 50.179,90
3	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL (5143-10)	2	R\$ 4.358,42	MÊS	R\$ 8.716,84	R\$ 104.602,20
4	ELETRICISTA (9511-05)	1	R\$ 4.707,99	MÊS	R\$ 4.707,99	R\$ 56.495,90
5	BOMBEIRO HIDRÁULICO (7241-10)	1	R\$ 4.127,08	MÊS	R\$ 4.127,08	R\$ 49.524,93
VALOR CONTRATADO						R\$ 326.577,10

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, com termo inicial em **06 de janeiro de 2022** e termo final em **06 de janeiro de 2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 27.214,76 (vinte e sete mil, duzentos e quatorze reais, e setenta e seis centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 326.577,10 (trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e dez centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes

da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **26435 / 158371**

Fonte: **8100000000**

Programa de Trabalho: **171168**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L20RL01MAN**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a

XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os

eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal no Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Apodi/RN, 4 de janeiro de 2022

FRANCISCO DAMIÃO FREIRE RODRIGUES
Diretor-Geral

EDGAR MARTIZ RAPOSO FILHO
Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por:

- Francisco Damiao Freire Rodrigues, DIRETOR GERAL - CD2 - DG/AP, em 04/01/2022 11:30:19.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/12/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 361076

Código de Autenticação: 25b36cf2d6



EDGAR MARTINS RAPOSO
FILHO:07984568413

Assinado de forma digital por EDGAR MARTINS RAPOSO

FILHO:07984568413

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=17334115000115,

ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1,

ou=(em branco), cn=EDGAR MARTINS RAPOSO FILHO:07984568413

Dados: 2022.01.04 11:41:19 -03'00'

Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.007.20099

Documento Digitalizado Público

Contrato nº 001/2022 - PROAD/IFRN - Assinado

Assunto: Contrato nº 001/2022 - PROAD/IFRN - Assinado
Assinado por: Jaime Camara
Tipo do Documento: Contrato (Administrativo)
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaime Virginio Camara Neto, COORDENADOR - FG2 - COFINC/AP**, em 04/01/2022 12:55:30.

Este documento foi armazenado no SUAP em 04/01/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 956126

Código de Autenticação: 45f87ac4aa





Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RN 233, Km 02, Sítio Lagoa do Clementino, S/N - Apodi/RN - CEP 59.700.00, Zona Rural, APODI / RN, CEP 59700-000

Fone: (84) 4005-4101

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 190/2021-PROAD/IFRN, CELEBRADO ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN E A PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE – IFRN, CAMPUS APODI, pessoa jurídica de direito público, de caráter autárquico, vinculado ao Ministério da Educação, situado na RN 233, KM 02, nº 999, Lagoa do Clementino, Apodi, CEP: 59700-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.877.412/0005-91, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Diretor-Geral *em exercício*, **LEONARDO DANTAS DOS SANTOS**, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.741.794-26, e a **PARAIBA SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.069.415/0001-40, sediada na Rua Manoel Leonardo Gomes, nº 719, Jardim Paulistano, Campina Grande/PB, CEP: 58415-320, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **EDGAR MARTIZ RAPOSO FILHO**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.845.684-13, tendo em vista o que consta no [PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23136.001866.2021-31](#) e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2021 - UASG 158365**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção de bens móveis e imóveis, adotado o regime de execução mediante empreitada por preço unitário, com dedicação exclusiva de mão de obra, além de materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CATEGORIA	QTD POSTOS	VALOR POR POSTO	UNID	VLR TOTAL MENSAL	VLR TOTAL ANUAL
6	AUXILIAR DE COZINHA (5135-05)	2	R\$ 2.927,53	MÊS	R\$ 5.855,06	R\$ 70.260,78
8	MERENDEIRA (5132-05)	2	R\$ 3.922,73	MÊS	R\$ 7.845,46	R\$ 94.145,60
VALOR CONTRATADO						R\$ 164.406,38

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses**, com termo inicial em **06 de janeiro de 2022** e termo final em **06 de janeiro de 2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP nº 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 13.700,53 (treze mil e setecentos reais, e cinquenta e três centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 164.406,38 (cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e trinta e oito centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes

da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na

classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **26435 / 158371**

Fonte: **0100000000**

Programa de Trabalho: **171170**

Elemento de Despesa: **339037**

PI: **L2994P23ACN**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela **CONTRATADA**, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela **CONTRATANTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência,

anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à **CONTRATADA** o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a **CONTRATADA** comprove o disposto no item anterior, a **CONTRATANTE** reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela **CONTRATADA**, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da **CONTRATADA** no prazo de quinze dias, a **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da **CONTRATADA** que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O **CONTRATANTE** poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela **CONTRATADA**, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da **CONTRATADA** decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação

estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à **CONTRATADA**:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Federal no Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Apodi/RN, 28 de dezembro de 2021

LEONARDO DANTAS DOS SANTOS
Diretor-Geral *em exercício*
CONTRATANTE

EDGAR MARTIZ RAPOSO FILHO
Representante Legal
CONTRATADA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Leonardo Dantas dos Santos, DIRETOR GERAL - SUB-CHEFIA - DG/AP**, em 28/12/2021 13:53:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/12/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 361087

Código de Autenticação: 65ce576cae



EDGAR MARTINS RAPOSO
FILHO:07984568413

Assinado de forma digital por EDGAR MARTINS RAPOSO
FILHO:07984568413

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia, ou=17334115000115,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1,
ou=(em branco), cn=EDGAR MARTINS RAPOSO FILHO:07984568413
Dados: 2021.12.29 08:03:00 -03'00'

Versão do Adobe Acrobat Reader: 2021.007.20099